



Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Casto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 75.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1994
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Preis, José Tavares, Lourenço Fregoneze, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Basílio Zannusso, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Duílio Genari, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Servo e Ovídio Constantino (21). Achando-se em licença a Senhora Deputada Emilia Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) -- Senhor Presidente, sendo evidente a existência de quórum, retiro meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo número para aprovação da ata e dispensada a chamada nominal, em votação a ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 078/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, para que o imóvel constituído do Lote nº 30, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 601,8074 ha, seja alienado ao Senhor José Maria de Lima, seu atual ocupante e que pretende a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel, por meio de sua compra, conforme requerido através do protocolado SPI nº 1.158.259-1/92.

Convém ressaltar que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base em relatório técnico de vistoria, referido no Parecer nº 121/92, exarado no processo supracitado, manifestou-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de o requerente exercer o seu direito de modo a realizar o aproveitamento racional do imóvel, de acordo com sua capacidade de uso, potencial produtivo e preservação dos recursos naturais.

Há que se considerar, ainda, que o imóvel em questão integra a Colônia Boa Ventura, cujas terras são reconhecidas como de caráter devoluto e que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP vem desenvolvendo esforços com vistas à regularização de tais imóveis, seguindo o Plano de Colonização estabelecido, em nome dos seus ocupantes. Assim sendo e com respaldo na Lei nº 7.055, de 4 de dezembro de 1978 e Decreto nº 6.414/79, que tratam da matéria, não há dúvida, Senhor Presidente, de que a presente solicitação atende aos superiores interesses da Administração Estadual, merecendo, portanto, o necessário apoio e conseqüente aprovação dessa colenda Assembléia Legislativa.

Valho-me so ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 079/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Albino Coltro, o Lote n° 199, do Imóvel Cinco Encruzilhadas, Município de Pitanga, com área de 100.3009 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.463.755-9/93, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 080/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Francisca Alves dos Santos, o imóvel constituído do Lote n° 25, da Gleba n° 16, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 112,6541 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais

contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.224.966-7/92, o qual é instituído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 081/91

Curitiba, 08.08.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de, em conformidade com disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, para que o imóvel constituído do Lote n° 80, da Gleba 07, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 37, 1916, ha, seja alienado ao Sr. Wassilio Forekevitz, seu atual ocupante e que pretende a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel, conforme requerido através do Protocolado SPI n° 1.228.020-3/92.

Apesar de aparentemente desnecessário este procedimento, por se tratar de área inferior a 100,00 ha é de se observar que o I.A.P., no Parecer n° 169/92, com base na informação n° 536/92-ELPIT, do extinto ITCF, constatou que o requerente adquiriu, em ocasiões anteriores, outros imóveis daquele Instituto, cujas áreas somadas ultrapassam a 100,00 ha, razão pela qual faz-se necessária a competente autorização legislativa, para que, desta forma, não sejam desvirtuadas as disposições do aludido dispositivo constitucional.

Nestas condições, e após apreciar relatório técnico de vistoria, veio o I.A.P. a manifestar-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de o requerente exercer o seu direito de modo a fazer com que a propriedade cumpra a função social devida, tornando-se, assim, a medida ora proposta justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055/78 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regula-

rização da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N° 082/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Arthur da Silva Leme Neto, o Lote n° 83, do Imóvel Cinco Encruzilhadas, Município de Pitanga, com área de 200,7380 ha. atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.086.376-7/91, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 083/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Arno Strapasson, o imóvel constituído dos Lotes n°s 11 e 18, da Gleba 01, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, o primeiro medindo 32,5478

ha e o segundo 67,3297 ha, os quais, somados a terreno anteriormente titulado, perfazem área total de 136,2634 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.205.325-8/92, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 084/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Luiz Grégio e Carlos Alberto Grégio, o imóvel constituído do Lote n° 05 da Gleba 04, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 133,8844 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 929.590-9/91, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 085/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Olga Sass Forekevicz, o imóvel constituído do Lote n° 05 da Gleba n° 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 77,5906 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.227.851-9/92, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 086/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, para que o imóvel constituído do Lote n° 44, da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 43,9562 ha, seja alienado aos Senhores Miguel Batista, Nelson de Jesus Batista e Osvaldo Batista, seus atuais ocupantes e que pre-

tendem a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel, por meio de sua compra, conforme requerido através do protocolado SPI n° 1.226.859-9/92.

Apesar de aparentemente desnecessário este procedimento, por se tratar de área inferior a 100,00 ha, é de se observar que o extinto ITCF, no Parecer n° 181/92, com base em informação exarada pelo mesmo órgão, constatou que os requerendos adquiriram em ocasião anterior, outro imóvel daquele Instituto, cuja área ultrapassa a 100,00 ha, então pela qual se faz necessária a competente autorização Legislativa, para que, desta forma, não sejam disvirtuadas as disposições do aludido dispositivo constitucional.

Nestas condições, e após apreciar relatório técnico de vistoria, veio a IAP a manifestar-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de os requerentes exercerem seus direitos de modo a fazer com que a propriedade cumpra a função social devida, tornando-se assim, a medida ora proposta justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055/78 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da questionada área aos seus legítimos ocupantes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 087/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Roberto Ritty, o imóvel constituído dos Lotes n°s 31, 32A e 33, da Gleba Lambari, do Distrito de Lambari, Município de Sapopema, medindo 29,9780 ha, 7,7600 ha e 11,5166 ha, respectivamente, os quais, somados a terrenos anteriormente titulados, perfazem área total de 139,3552 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso

XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.089.072-1/91, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 088/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Cláudio Conrado, o imóvel constituído do Lote n° 52, da Gleba n° 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 158,2998 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado SPI n° 1.224.965-9/92, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 089/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa para que o imóvel constituído do lote n° 06, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, situada no Município de Pitanga, com área de 202,7110 ha, seja alienado aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, seus atuais ocupantes e que pretendem a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel, por meio de sua compra, conforme requerido através do protocolado n° 929.587-9-ITCF.

Convém ressaltar que o extinto ITCF, com base em relatório técnico de vistoria, referido no Parecer n° 149/91, exarado no processo supracitado, manifestou-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de os requerentes exercerem o seu direito de modo a fazer com que a propriedade cumpra a função social devida.

Há que se considerar, ainda, que o imóvel em questão integra a Colônia Boa Ventura, cujas terras são reconhecidas como de caráter devoluto e que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP vem desenvolvendo esforços com vistas à regularização de tais imóveis, seguindo o Plano de Colonização estabelecido, em nome dos seus ocupantes. Assim sendo e com respaldo na Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 e Decreto n° 6.414/79, que tratam da matéria, não há dúvida, Senhor Presidente, de que a presente solicitação atende aos superiores interesses da Administração Estadual, merecendo, portanto, o necessário apoio e conseqüente aprovação dessa colenda Assembléia Legislativa.

Valho-me so ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 090/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Vassilio Forekevicz e Vlademiro Forekevicz, o imóvel constituído do Lote n° 11, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 173,6259 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes.

Por oportuno vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.225.648-5/92, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 091/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Benedito Singulani, o imóvel denominado Barra Grande, bairro do mesmo nome, Município de Sapopema, com área de 114,8582 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 880.122-3/90, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 092/94

Curitiba, 08.08.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, para que o Lote n° 37, do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município e Comarca de Pitanga, com área de 307,5403 ha, seja alienado ao Senhor Augusto Rodrigues, seu atual ocupante e que pretende a regularização definitiva da posse sobre o imóvel, por meio de sua compra, conforme requerido através do protocolado SPI n° 1.227.042-9/92.

Convém ressaltar que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base em relatório técnico de vistoria, referido no Parecer n° 204/93, exarado no processo supracitado, manifestou-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de o requerente exercer o seu direito, de modo a realizar o aproveitamento racional do imóvel, de acordo com sua capacidade de uso, potencial produtivo e preservação dos recursos naturais.

Há que se considerar, ainda, que o imóvel em questão integra área de terra reconhecida como de caráter devoluto e que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP vem desenvolvendo esforços com vistas à regularização, seguindo o Plano de Colonização estabelecido, em nome dos seus ocupantes. Assim sendo, e com respaldo na Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 e Decreto n° 6.414/79, que tratam da matéria, não há dúvida de que a presente solicitação atende aos superiores interesses da Administração Estadual, merecendo, portanto, o necessário apoio e conseqüente aprovação dessa colenda Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 093/94

Curitiba, 08.08.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição

Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Aquilino Panichella, o imóvel constituído pelo Lote n° 146, da Gleba n° 02, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 187,7024 ha.

A medida legal ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto já foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado SPI n° 876.492-1/90, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, inclusive com relatório técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 094/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Horácio Fernandes Júnior, o imóvel denominado Barra Grande, com área de 149,6948 ha, situado no Município de Sapopema, neste Estado.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ou ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado SPI n° 880.121-5/90, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil,

inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 095/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa para que o imóvel constituído do lote n° 116, da Gleba n° 07, da Colônia Boa Ventura, situada no Município de Pitanga, com área de 109,1633 ha, seja alienado a Ovídio Afonso Vecchi, seu atual ocupante e que pretende a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado SPI n° 1.227.044-5/92, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 096/94

Curitiba, 08 de agosto de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, para que o imóvel denominado Lajeadozinho ou Banhadi-

nhô, situado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva, com área de 137,9284 ha, seja alienado ao Sr. Mário César Neves, seu atual ocupante e que pretende a regularização definitiva da posse sobre o imóvel, por meio de sua compra, conforme requerido através do protocolado SPI nº 1.286.546-5/92.

Convém ressaltar que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base em relatório técnico de vistoria, referido no Parecer nº 123/92, exarado no processo supracitado, manifestou-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de que o requerente exercer o seu direito de modo a realizar o aproveitamento racional do imóvel, de acordo com sua capacidade de uso, potencial produtivo e preservação dos recursos naturais.

Há que se considerar, ainda, que o imóvel em questão integra área de terra reconhecida como de caráter devoluto e que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP vem desenvolvendo esforços com vistas à regularização, seguindo o Plano de Colonização estabelecido, em nome dos seus ocupantes. Assim sendo e com respaldo na Lei nº 7.055, de 4 de dezembro de 1978 e Decreto nº 6.414/79, que tratam da matéria, não há dúvida de que a presente solicitação atende aos superiores interesses da Administração Estadual, merecendo, portanto, o necessário apoio e conseqüente aprovação dessa colenda Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 097/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Valdemar Gralak, o imóvel constituído do lote nº 08, da Gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 112,7053 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Por oportuno vale que o assunto foi

devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado SPI nº 1.664.439-0/93, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF (órgão extinto e absorvido pelo IAP) e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 098/94

Curitiba, 08.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa para que o imóvel constituído do lote nº 03, da Gleba nº 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 66,7671 ha., seja alienado a Josafat Forquevicz, seu atual ocupante e que pretende a regularização definitiva da posse sobre o referido imóvel, conforme requerido através do protocolado SPI nº 1.158.107-2/92.

Embora a medida ora proposta verse sobre alienação de área inferior a cem hectares, faz-se necessário a competente autorização legislativa, eis que, segundo informação do Secretário de Estado do Meio Ambiente, o requerente, em ocasiões anteriores, adquiriu outros imóveis do extinto ITCF, cujas áreas somadas excedem o limite constitucional.

Convém ressaltar, ainda, que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base no Relatório de Vistoria Técnica, referido no Parecer nº 90/93, exarado no processo antes mencionado, manifestou-se favoravelmente à alienação, considerando, entre outros, o fato de o requerente exercer o seu direito de modo a fazer com que a propriedade cumpra a função social devida, tornando-se, assim, a medida ora proposta justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055/78 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa regularização da questionada área ao seu legítimo ocupante.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos.

REQUERIMENTO N° 1899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 214/94, Mensagem Governamental n° 050/94, de autoria do Poder Executivo, item 04 (quatro), constante na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15.08.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4° do art. 180 do Regimento Interno REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1906

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar aos familiares, pelo falecimento do Senhor Benedito Rotta, residente à Rua Fernão Dias, 200, Cianorte - PR.

Sala das Sessões, em 15.08.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Benedito Rotta, ex-Vereador do Município de Cianorte, um dos pioneiros do município, tendo chegado a Cianorte em 1951, onde estabeleceu-se, com sua família, tendo feito inúmeros amigos e participado ativamente das atividades comunitá-

rias.

Como vereador e pessoa humana, conquistou o afeto e o respeito de todos os munícipes, deixando muitas saudades.

REQUERIMENTO N° 1908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja registrado nos anais desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da ilustre dama paranaense Dona Diva Regnier Barrozo, ocorrido no dia 18 de julho último, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.08.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Era viúva do saudoso político, advogado e jornalista Dr. Roberto Barrozo, que desempenhou destacada posição na imprensa e no cenário político paranaense da sua época. A extinta era filha de Dona Lourença Correia Regnier e do engenheiro francês Dr. Roberto Regnier, que veio para o Brasil a fim de participar da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e aqui radicou-se, tendo sido o 1° Diretor das Obras do Porto de Paranaguá no Governo do Presidente Afonso Camargo e um dos fundadores, com Lisymaco Ferreira da Costa, do Ginásio Paranaense, hoje Colégio Estadual do Paraná e da Escola Agrônômica, um dos núcleos da Universidade Federal do Paraná.

Era neta do grande brasileiro Eufrázio Correia, que morreu como Presidente da Província de Pernambuco, onde desempenhava missão de pacificação política, nomeado pelo Imperador D. Pedro II. Era sobrinha-neta de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul e sobrinha do paranaense Manoel Eufrázio Correia, que faleceu na guerra do Paraguai. Dona Diva era tia e madrastra do advogado e jornalista Dr. Roberto Barrozo Filho, Diretor-Presidente do Jornal do Estado.

A família paranaense perde uma das damas mais representativas da nossa cultura e do nosso legado paranista. Era uma ilustre dama cujas raízes se adentram na história formativa do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 287/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche "Padre Domingos Rovedatti", com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Padre Domingos Rovedatti", de Londrina, que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui-se de uma Associação de caráter assistencial sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro na cidade de Londrina/PR, cito a Rua Amianto, n° 45, Jardim Ideal.

A Creche "Padre Domingos Rovedatti", tem por finalidades principais as seguintes atividades a - promover atividades sociais; b - culturais; c - assistenciais; d - religiosas; e - promocionais; f - jurídicas, às crianças de baixa renda.

Pela magnitude do trabalho realizado pela Creche "Padre Domingos Rovedatti", a mesma foi reconhecida como Instituição de Utilidade Pública Municipal, pela Lei n° 5.476, de 13 de julho de 1993.

Assim, pelo trabalho realizado junto a comunidade, nada mais justo que venha ser reconhecida também como de Utilidade Pública Estadual, para cuja a proposição conta este Parlamentar o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis para a aprovação desta propositura.

PROJETO DE LEI N° 288/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 2° e seu Parágrafo Único, da Lei n° 10.895, de 25 de julho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - A implantação de medição individual de água por unidade de consumo, não dispensa a necessidade de medição global do consumo do edifício ou condomínio.

Parágrafo Único - A manutenção do sistema individual de água é de única e exclusiva responsabilidade do usuário, competindo ao órgão ou entidade prestadora do serviço público de abastecimento de água a manutenção do equipamento de medição global do edifício ou condomínio, conforme estabelecido em legislação específica."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Sessão, em 15.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A nova redação ora proposta ao Art. 2° e seu Parágrafo Único, da Lei n° 10.895, de 25 de julho de 1994, tem por escopo racionalizar os serviços de medição de água pela SANEPAR, com a emissão de uma única conta para o condomínio, a qual poderá ser rateada entre os condôminos, de maneira

proporcional de cada um, segundo o que for aferido pelo sistema de medição individual.

Tal alteração não deturpa o conteúdo, nem o espírito da Lei, ao contrário, vem aperfeiçoá-lo no sentido de evitar a elevação do custo operacional para a execução das atividades de leitura e emissão de contas, dada a necessidade de ampliação de recursos humanos e equipamentos, além dos serviços de manutenção serem, fatalmente, comprometidos em função da dificuldade de acesso às unidades habitacionais.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao impacto que a Lei, da forma como trata da matéria em seu Art. 2° e respectivo Parágrafo Único, causará nas áreas de atendimento da Empresa, em virtude de que raramente a soma dos consumos individuais coincidirá com a registrada pelo macromedidor, causada por diferença de pressão, reservação e pela utilização da água para fins comuns.

Portanto, o que se pretende com o presente plano de lei é corrigir tais distorções da lei, possibilitando a emissão de contas únicas para os condomínios e que as medições individualizadas sejam utilizadas como instrumentalização interna de rateio.

Por se tratar de medida justa e oportuna, com vistas a beneficiar tanto a SANEPAR como os usuários, venho encarecer o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI N° 289/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mestres e Alunos de Informática - AMAI com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.94

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade destaca-se pela prestação de serviços na área de desenvolvimento educacional e tecnológico, visando aprimorar sistematicamente o ensino e atividades da informática.

Com efeito, a vida moderna exige, cada vez mais, qualificação, especialização, e tecnologia na aprendizagem para alcançar um plano de desenvolvimento na formação técnica.

Assim, objetivando racionalizar e integrar os recursos humanos a AMAI, atua especificamente para contribuição e elevação da melhoria das condições de ensino e aprendizagem portanto, devido a este per-

fil, esta entidade merece fruir das prerrogativas legais decorrentes da declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 290/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro Ayrton João Cornelsen.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.94

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Diplomado pela Universidade Federal do Paraná, com Licenciatura em 11 diferentes setores ligados à sua área profissional, o Engenheiro Ayrton João Cornelsen, foi professor da Escola de Engenharia, exercendo também, ao longo dos anos, relevantes cargos, entre os quais, o de Diretor do Dep. de Assistência Técnica aos Municípios. Foi também, em 1958, nomeado Secretário dos Transportes, período em que realizou inúmeras estradas de nosso Estado. Por indicação do Presidente Juscelino K. Oliveira, nesse mesmo ano representou o Brasil no 5° Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo em Moscou e Lenigrado.

Em 1979, foi nomeado Superintendente-Adjunto de Planejamento na Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, destacando-se com a realização de inúmeros e importante Projetos. São centenas as obras que projetou e executou, nas áreas de Esportes, com projetos de Arquitetura e construção de muitos estádios, autódromos, campos de golf, realizados não só em várias cidades e estados brasileiros, mas em países como Portugal, Canadá e África. Projetou hospitais e hotéis, no Brasil como no exterior, além de outros projetos voltados a urbanização turística, urbanização popular e fábricas.

O DER - Departamento de Estradas de Rodagem, teve na administração do Engenheiro Ayrton Cornelsen, um dos seus períodos mais produtivos, legando ao Estado muitas melhorias à sua rede rodoviária, bem como atendendo aos serviços de manutenção da mesma, com a conservação estradal, de equipamentos e instalações. Entre as obras citadas no acervo técnico, destacam-se inúmeros serviços de terraplanagem, drenagem profunda e superficial, asfaltamentos, pavimentações e outras obras como bueiros, galerias, pontes, viadutos, aberturas de plataformas e revestimentos. Ayrton Cornelsen, entre outras homenagens,

gens, foi condecorado com o Mérito Rodoviário Mauricio Jopert e é muito justo que, pelo seu intenso trabalho, dedicação e contribuições prestadas ao nosso Estado e ao nosso País, receba o merecido Título de Cidadão Paranaense.

PROJETO DE LEI N° 291/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.94

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tendo por finalidade oferecer atendimento a excepcionais. A documentação que instrui o presente Plano de Lei atende os requisitos da Lei regulamentadora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do Expediente, pela ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, só para registrar a presença de dois grandes amigos: Beto Silva e Dr. Márcio Silva. Registro com satisfação as presenças deles aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estão registradas.

Não havendo oradores inscritos no horário do Pequeno e grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT - (Declina).

PMDB - (Declina).

PSDB - (Declina).

PL - (Declina).

PTB - (Declina).

PFL - (Declina).

PP - (Declina).

PT - Com a palavra o Dr. Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No primeiro semestre, junto com alguns moradores de São José dos Pinhais e com diretores da APP - Sindicato, estivemos na Secretaria de Educação discutindo com o

Secretário Olivir Gabardo uma questão bastante séria que ocorria numa das cidades daquele município.

Numa das escolas de São José dos Pinhais existia computadores que foram para lá levados e instalados pela Secretaria da Educação, mas a diretora da escola resolveu cobrar dezoito dólares por aluno para ter acesso a esses computadores.

Fizemos a denúncia junto à Secretaria da Educação e até o momento não recebemos a resposta.

A empresa que oferece os computadores de nome SYSTEX continua ainda indo às escolas e oferecendo a instalação de computadores, mas como as escolas já estão avisadas de alguns problemas que deram, como, por exemplo, esse de São José dos Pinhais acabam não aceitando. A Escola Estadual Vitor do Amaral acabou aceitando e comprou os computadores. Agora está com problemas de pagamento, uma vez que se exige que os alunos paguem matrículas para que a escola possa devolver esse dinheiro da compra dos computadores.

As escolas também alegam que não adianta comprar os computadores se não há técnicos com capacidade para ensinar aos alunos a usá-los; não há pessoal qualificado. A escola ao alegar que não tem pessoal capacitado para dar aulas de computador, é lhe oferecido, se naquela escola conseguirem trinta votos para o ex-Secretário Elias Abrahão, pessoal capacitado, ou seja, é a chantagem oferecendo o pessoal adequado, desde que dê votos ao ex-Secretário.

A Secretaria de Educação também está com problemas de falta de professores nas escolas e no entanto, não tem convocado aqueles professores que aprovaram em concurso. Hoje inclusive, há muitas escolas que estão trabalhando com professores com apenas o 2º grau, sem a qualificação para o curso ou para a aula que dão e no entanto, a Secretaria não faz o chamamento dos 2.318 professores que foram aprovados em concurso público, no qual, provavelmente, vai fazer a chamada às vésperas da eleição para dizer que aí sim, está criando cargo, que está chamando professor e que vai melhorar o ensino no Paraná e aí de maneira eleitoreira, uma vez que conhecemos e sabemos desses problemas.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu me somo a essa preocupação de V.Exa. como professor que sou, e acrescento mais ainda ao discurso de V.Exa.: os jornais há duas semanas, divulgaram o excesso de pessoal contratados na Secretaria da Educação; aproximadamente 5.000 pessoas foram contratadas, o que elevou a Folha de pessoal do Estado, sem reajuste de pessoal; em mais de 5 milhões

de dólares, justamente neste período eleitoral e o exemplo está se dando e nós estamos fazendo o levantamento de nomes, de pessoas que estão sendo contratadas sem nenhum critério, na região de Ivaiporã. Nós estamos assistindo lá, um festival em cima do dinheiro público, comandado pela chefe do núcleo de ensino. Está contratando "a rolê" e a Secretaria da Educação está liberando. Então a questão deve ser de fato, muito bem pensada, deve isto aí estar fugindo ao conhecimento do Governador Mário Pereira que tem se posto numa posição bastante ética em relação a esse processo político e eu creio que é de fato, um momento de uma preocupação séria e a denúncia de V.Exa. procede, porque enquanto na escola falta professor, nós temos mais de 2.000 professores concursados, aguardando serem chamados e o mais grave desse processo, no início do período letivo deste ano, até o mês de maio e porque não dizer, de junho, em muitas disciplinas, não havia professor nas escolas e em determinadas disciplinas. É a escola pública, e o Paraná que dizem estar dando certo.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - O ex-Secretário fez reforma de prédio, achando que reformar prédio iria melhorar a qualidade, Deputado Paulo Maia e após fazer a reforma dos prédios, essas contratações, que já recebemos as denúncias, são feitas para ficar no comitê eleitoral de alguns candidatos governistas. São denúncias que já recebemos em nosso gabinete. Por isso é que se incha a folha de pagamento com pessoas não qualificadas e os concursados ficam na fila de espera e nós sabemos que esses que estão sendo contratados, percebem um salário superior àqueles que ao serem chamados, foram ocupar o cargo de professores. Os salários ficarão abaixo do que esses que estão sendo contratados sem concurso, no atual momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Horário das Lideranças, a palavra está com a Liderança do Governo, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para recolocar as coisas nos seus devidos lugares, diante do que disse aqui o nobre líder do PT e o nobre líder do PDT, em relação à política educacional do Paraná, levada a efeito pelo Governador Requião e agora secundada pelo Governador Mário Pereira.

Primeiramente eu queria dizer ao Deputado Rosinha que o governo se preocupou muito, realmente com a reforma, com a am-

pliação das escolas, a melhoria das condições de trabalho das escolas, porque isso era uma necessidade e uma exigência não só dos professores, mas de todos os funcionários das respectivas escolas do nosso Estado. O Governo gastou, com recursos próprios, uma soma extraordinária de dinheiro para promover essas ampliações, essas adaptações e melhoria das condições de trabalho do nosso professorado e dos funcionários que, mesmo não exercendo atividade específica de magistério, atuam dentro das escolas do Paraná.

Hoje não tem um município que não tenha recebido uma única atenção do Governo Requião e do Governo Mário Pereira, especificamente via FUNDEPAR, em relação a essa questão. E me perdoe Vossa Excelência. Investir na reforma de escolas, na ampliação de escolas, na construção de laboratórios, de bibliotecas, na ampliação de cantinas isso também é melhorar as condições na educação. Porque é uma exigência da professora, é uma exigência de todos aqueles que atuam, no magistério - direta ou indiretamente. Mas, o governo não ficou só nisso, evidentemente que não. Esse concurso a que Vossa Excelência faz menção e que o eminente Deputado Paulo Maia em um aparte também colocou as suas razões lá do Vale do Ivaí, esse concurso foi convocado pelo Governador Requião sob orientação do então Secretário Elias Abraão, tendo em vista uma necessidade, uma realidade de demanda de docentes para o Magistério do Paraná. E, grande parte dos aprovados já foi contratado e já está trabalhando, prestando os serviços para o qual eles foram convocados.

Realmente falta, ainda, suprir algumas centenas de necessidades no magistério paranaense. Mas, Vossas Excelências sabem, que o Governador ele está preso à Constituição Federal e Constituição Estadual e existe um limitador de despesas com funcionalismo em 65%.

Então, nem sempre a simples convocação de um concurso, a sua realização significa que, imediatamente, o governo tenha obrigatoriedade de nomeá-lo.

A própria Constituição estabelece que o concurso público, levado em conta o interesse público, ele tem validade de dois anos e prorrogáveis por mais dois anos de acordo com a conveniência da administração pública.

No caso do magistério, eu diria que 70% dos aprovados foram chamados e já foram contratados, e, 30%, mais ou menos, é que ainda estão aguardando a disponibilidade financeira do Estado para que, na sequência, também sejam admitidos.

Em relação ao que disse o Deputado Paulo Maia, de que lá em Ivaiporã, a Chefia do Núcleo está admitindo "a rolê",

professores, sem nenhum critério.

Gostaria também de informar, Deputado que por mais que Vossa Excelência, conheça o magistério deve estar havendo aí algum equívoco por parte de Vossa Excelência ou de alguém que informou Vossa Excelência o que houve, na realidade, foi o seguinte: um número razoável de professores que passaram nesse concurso ficou aguardando um segundo momento para ser ou não ser admitidos de acordo com uma avaliação técnico-jurídica que a SEA e a Secretaria da Educação vinha fazendo porque várias dessas pessoas, ou muitos desses professores, segundo o entendimento de alguns técnicos, estavam enquadrados dentro de uma figura jurídica que nós chamamos: acúmulo de cargo. Mais ou menos 330 professores estavam sendo preteridos nessa contratação diante dessa dubiedade de interpretação. Mas essa questão, também, muito recentemente, o Governador Mário Pereira determinou à Secretaria da Administração que resolvesse.

Então essas pendências, essa dubiedade de interpretação das assessorias das duas pastas isso já está superado, e conseqüentemente esta falsa impressão que passou a princípio de que professor que passou bem classificado foi preterido em favor de alguém que passou numa condição posterior, isto aí se deu em função desta interpretação em relação a questão de acúmulo de cargos mas estas pessoas já estão sendo chamadas, os núcleos já foram orientados para chamar essas pessoas e conseqüentemente elas também serão admitidas. E esta diferença do total do concurso público que ainda não foi chamado eu gostaria de dizer a V.Exa. que o Governador Mário Pereira tendo em vista a questão de limitação orçamentária constitucional para gastos com a folha de pessoal, ele baixou um decreto suspendendo temporariamente essas contratações. Estas são as razões reais da posição do Governo diante dessa questão do magistério que espero deixar em nome do Governador Mário Pereira definitivamente esclarecida aqui nesta Casa.

O Sr. Paulo Maia - Permite-me um aparte, Deputado? (Assentimento).

Agradeço o aparte e gostaria de lhe dizer, nobre Deputado, que eu creio que não somos nós que estamos desinformados não. Acho que V.Exa. como Líder do Governo nesta Casa está necessitando de outros detalhes em relação ao que nós dissemos, porque o pessoal que vem sendo contratado não é para exercício da regência de classe e sim pessoas que não são habilitadas para o magistério e estão sendo contratadas. E outro, essas pessoas também não estão sendo contratadas exercendo funções. Se V.Exa. duvida das nossas afirmativas nós podemos

inclusive, estamos levantando nomes de pessoas que foram contratadas neste período que nem no local de trabalho estão indo. Nós estamos levantando nomes. Nem no local de trabalho estão indo. Foram apenas contratados...

O SR. JOSÉ TAVARES - Então V.Exa. não está se referindo ao concurso...

O Sr. Paulo Maia (Aparte) - Não estou me referindo ao concurso, Excelência. Não estou me referindo a concurso. Pessoas estão sendo contratadas, estou lhe dizendo isto, até para preservar a imagem do Governador que respeito porque isto é um absurdo. Está lá aos montes. Não estamos inventando e nem pretendemos desestabilizar ninguém. Agora, a questão é que houve inclusive e foi posto pela imprensa que ao ser consultado o Secretário da Administração, através do Governador, a respeito do porque desses cinco milhões de dólares em cima da folha sem reajuste do funcionalismo público, por que isto aconteceu? E o Secretário da Administração encaminhou tal pergunta que se dirigisse ao Secretário da Educação.

Então estas coisas precisam ser colocadas às claras. A realidade é esta. Se fosse contratação de professor V.Exa. sabe que eu aqui não questionaria. Agora, o que a gente questiona hoje é que está sendo usada a verba destinada a educação com facilidade para algumas pessoas na contratação de outros que nem estão indo ao local de trabalho. Sugeriria até a V.Exa. que levasse esta nossa informação ao Governador do Estado e determinasse que fosse checado "in loco", fosse checado "in loco". É uma contribuição nossa ao Governador Mário Pereira.

O SR. JOSÉ TAVARES - Perfeito. Recebo como tal, eminente Deputado, e me comprometo de contactar o Governador para saber se é do seu conhecimento ou não fatos desta natureza, porque todos nós sabemos que não pode haver contratação a não ser através de concurso público de provas e títulos. É o que determina a Constituição. Mas conhecendo V.Exa. como conheço eu vou me informar a respeito. Só para concluir, trago a esta Casa as informações oficiais do Governo.

E quanto ao concurso, espero ter dado as informações que o Deputado Rosinha merece diante da realidade com que este assunto vem sendo tratado e já que a Casa dele toma conhecimento por um direito legítimo de um Parlamentar, acho que me cabe neste momento dar as devidas explicações.

O Sr. Paulo Maia - (Aparte) Deputado Tavares, só acrescentado, pediria ainda a

V.Exa. que ao tomar conhecimento do que aqui estamos falando pudesse, sem dúvida nenhuma, checar todos esses dados e pode ser até que esteja enganado, talvez não seja o Governo do Estado que está pagando, mas são pessoas que estão sendo contratadas e colocadas em órgãos do Estado. Pode até ser que não seja o Estado que esteja pagando. Talvez seja alguém que esteja pagando por fora para que aquela pessoa vá ficar à disposição de um órgão do Estado. Acho que este milagre ninguém está fazendo.

Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 214/94, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/94, que altera dispositivo da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da coordenação da receita do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Com SUBSTITUTIVO GERAL e EMENDA da C.C.J..

Está em discussão o projeto, ressalvado o substitutivo geral. Está em discussão o substitutivo geral. Está em votação o substitutivo geral, lembrando que aprovado o substitutivo geral estará prejudicado o projeto.

Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Irá à 3.^a discussão.

Emenda de n° 01 ao substitutivo. Em discussão a emenda. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Primeiramente gostaria de saber, Senhor Presidente, o autor dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa emenda tem como autor o Deputado Anibal Khury e está apoiada por diversos outros Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Apenas para recomendar ao Plenário, aos Deputados que compõem o bloco de apoio ao Governo, para que rejeitem a emenda, já que o nosso interesse, do Governo, é votarmos o projeto nos termos em que ele foi para cá remetido.

Então, vamos votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Plenário que foi aprovado o substitutivo geral da C.C.J. e sobre esse substitutivo existe a emenda que foi votada.

Está em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Rejeitada.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro Verificação de Votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Excelência, requeiro chamada nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, retiro o pedido de Verificação de Votação. Quero que Vossa Excelência determine que fique consignado em Ata o meu voto favorável à Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra o voto favorável do Deputado Erondy Silvério, da Bancada do PDT, dos Deputados Mário Bezerra, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos de registrar a presença do Prefeito em exercício de Cianorte, que nos honra com a sua presença nesta Casa, Dr. Edimervan Faria de Mello, acompanhado do empresário, tam-

bém de Cianorte, Nelson Bertoncello. Muito obrigado, Senhor Presidente.

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária Bruno e Eva, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90, de 01.08.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 266/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, o Projeto de Lei n° 266/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Creche Comunitária Bruno e Eva, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto; em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 265/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que decreta de Utilidade Pública a Entidade Assistencial Missão El-Shaddai - Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90, de 01.08.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 265/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 265/94, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Entidade Assistencial Missão El-Shaddai - Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, conforme específica, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os requisitos legais contidos na Lei 6994/78 e sendo assim, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Casa de Maria - Centro de Apoio a Dependentes, com sede e foro no Município de

Londrina - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 82, de 22.06.94.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 242/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Durval Amaral, o Projeto de Lei n° 242/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Casa de Maria - Centro de Apoio a Dependentes, com sede e foro no Município de Londrina - PR.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 238/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - de Terra Roxa - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 81, de 21.06.94.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 238/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 238/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - da Terra Roxa - PR.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Santa Tereza do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 75, de 13.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 210/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Duílio Genari, o Projeto de Lei n° 210/94 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade

de e à Infância, com sede e foro na cidade de Santa Tereza do Oeste.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os requisitos legais contidos na Lei 6.994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 016/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o artigo 1° quanto ao nome do município, da Resolução 005/92 de 25 de março de 1992, que autoriza a realização de plebiscito para criação do município que passa a denominar-se Rio Novo do Paraná, desmembrado do Município de Reserva. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limites e confrontações conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Em votação.**

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Requeiro chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Responderam à chamada 21 (vinte e um) Senhores Deputados.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento n° 1905, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1906, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento p° 1908, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs: 078/93 e 047/94.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs: 048 e 052/94.

VOTAÇÃO EM

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 001/92.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 214/94.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 210, 238, 242, 265 e 266/94.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 138, 186, 202, 208, 215 e 277/94; e dos Projetos de Resolução n.ºs: 018 e 021/94.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 063/94

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de IRENO VICENTE, matrícula n.º 1.206, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador da Coordenadoria de Finanças da Diretoria Financeira, desta Casa, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174/70, o tempo de dezoito (18) meses, correspondente ao dobro da licença espe-

Curitiba, segunda, em 15.08.94

cial a que tem direito, em virtude de não haver afastado de suas funções durante o 1.º quinquênio, compreendido entre 08 de fevereiro de 1979 e 08 de fevereiro de 1984; 2.º quinquênio compreendido entre 08 de fevereiro de 1984 e 08 de agosto de 1988, antecipado em razão do 1.º quinquênio; 3.º quinquênio, compreendido entre 08 de agosto de 1988 e 08 de fevereiro de 1992, antecipado em razão do 2.º quinquênio; e, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 35, § 5.º da Constituição Estadual, o tempo de serviço militar, período de 30 de abril de 1934 a 13 de março de 1935; vereador em União da Vitória, períodos de 07 de dezembro de 1951 a 07 de dezembro de 1955 e de 07 de dezembro de 1963 a 31 de dezembro de 1969; e de atividades regidas pelo Decreto n.º 5434/82, período de 01 de março de 1972 a 30 de abril de 1978, conforme certidões em anexo, perfazendo o tempo de dezessete (17) anos, um (01) mês e oito dias de serviços prestados fora desta Casa.

(Prots. n.ºs 6668/94 e 6669/94).
Gabinete da Diretoria Geral, em 27.07.94.

PORTARIA N.º 067/94

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA, matrícula n.º 180, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"- NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 174/70, ao acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 19 de maio de 1987 e 19 de setembro de 1991, antecipado em razão da incorporação do 5.º quinquênio e das férias de 1988, contadas em dobro.

(Prot. n.º 1318).
Gabinete da Diretoria Geral, em 01.08.94.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral